ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2983/2023

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte três, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de **GERMANO BREMM**, **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade** – **SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Denise Pacheco (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; **Rafael da Silveira Velho (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Joel Goldenfum (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.**

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Ricardo Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Valdir Fiorentin (2ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Natan Arend (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.**

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barboza (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento**

Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA:

Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da SMAMUS**; e Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação:

3.1. Ata 2979 (18/07);

4. Ordem do dia.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h15min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Conselheiras, Conselheiros. São 18h15min, temos *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a todos Conselheiros e Conselheiras. E que a gente possa fazer o nosso debate aí, o debate da cidade em alto nível, trocar experiências, conhecimento em prol da nossa cidade. Eu vou fazer rapidamente a leitura dos presentes, enquanto isso, aqueles que têm interesse em fazer o uso do período de Comunicação, façam a inscrição no chat. Já temos o Mark inscrito para Comunicação. Se, porventura, tiver mais alguém que gostaria de falar, por favor, faça a inscrição. [Relação dos presentes na inicial]. São esses aqui os nossos ilustres Conselheiros presentes. Temos inscrito, então, para Comunicação o Conselheiro Mark e o Conselheiro Felisberto. Mais algum Conselheiro gostaria de se inscrever? O Conselheiro Gomes também. Em não havendo mais inscrição a gente encerra as inscrições e de imediato já oportunizo a fala para o Conselheiro Mark. Boa noite, Conselheiro!

2. COMUNICAÇÕES;

Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Boa noite! Boa noite a todos e a todas. Boa noite, Secretário! Eu me inscrevi para as comunicações, primeiro, para solicitar que hoje nós votemos a Ata nº 2979 e deixemos a 2980 e a 2981 para a próxima sessão. Faço esta solicitação para submeter a todos os

Conselheiros e Conselheiras, ao Presidente, se isso é possível de atendimento. Eu queria na sequência lembrar que o Conselheiro Felisberto fez uma solicitação de uma visita ao Parque Harmonia, para que nós fizéssemos essa visita como Conselho. Então, eu estou submetendo se vamos de fato atender ao pedido do colega Conselheiro Felisberto, da realização dessa visita ao Parque Harmonia e se isso poderia ser organizado pelo nosso Secretário. A outra questão que eu queria trazer, o Senhor Presidente do Conselho mencionou numa reunião que nós tivemos anteriormente, a obra de recuperação do Viveiro. Uma questão muito importante, e o senhor fez uma narrativa ali importante de detalhes, e eu pergunto, e submento aos demais colegas, acho que seria importante que houvesse uma exposição sobre essa obra de recuperação importante do Viveiro de Porto Alegre. E só queria mencionar, porque eu li na ata também uma manifestação do colega Conselheiro Gomes, que nós éramos contrários à obra de ampliação do HPS. Eu acho que o nobre colega Conselheiro Gomes não entendeu bem, nós não éramos contra isso, nós éramos a favor da melhoria e da maior informação sobre aquele processo, que era um processo bastante complexo e tinha aspectos opacos e nós queríamos que houvesse um maior esclarecimento. Afinal, nós estamos em um Conselho municipal e é importante que neste Conselho Municipal se esclareçam as eventuais dúvidas que os Conselheiros e Conselheiras têm. É dentro desse espírito de diálogo e de debate que nós estamos aqui. Então, esta era a comunicação que eu queria fazer. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Mark. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Saudar o Presidente Secretário e demais colegas deste Conselho. Na reunião passada o colega Gomes ponderou que nós procuramos muitas vezes desvalorizar o trabalho dos servidores públicos, principalmente, as servidoras públicas da Secretaria. Quero discordar totalmente disso, não é uma questão de desvalorizar o trabalho, é um debate dentro dos nossos conhecimentos sobre determinadas matérias que são traídas a este Conselho. Este é um aprendizado individual e coletivo, tem pessoas aqui que têm o conhecimento técnico, porque são formadas em arquitetura e urbanismo, enquanto outros são advogados, pessoas da comunidade que tentam debater o melhor na sua visão de cidade. Então, quero dizer que, só para relembrar, graças ao parecer deste Conselheiro e da Conselheira Lívia e que, infelizmente, não foi avaliado corretamente por este Conselho, e o Tribunal de Contas detectou o problema da drenagem lá na obra na zona norte. Não

esquecemos isso! E que passou por este Conselho um ônus para o Município, quando deveria ser do empreendedor, que não foi levado em conta quando nós ponderamos, eu e a Lívia, principalmente a Lívia com todo o conhecimento técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da faculdade de Arquitetura, ponderando que deveríamos ter cuidado quanto à drenagem e o custo disso não deveria recair sobre o Município. Não foi levado em conta, se aprovou e depois o Tribunal de Contas. E gostaria, Secretário, de ver como está essa situação com relação à Havan, se estão cobrando da empresa a drenagem necessária lá para a questão. Essa é a primeira ponderação. A segunda é que também este Conselho muitas vezes aprova Estudo de Viabilidade Urbanística desrespeitando legislação e acordos internacionais, como é do Quilombo Kédi, que até hoje sofre o descaso e a falta de visão desta Secretaria da qual o senhor é o responsável e que não tomou o devido cuidado para avaliar o respeito à identidade daquela comunidade. Para lembrar, houve um parecer deste Conselheiro ponderando ao Conselho que avaliasse isso. E hoje a gente sente ainda a pressão sobre aquele quilombo, o desrespeito total e que não é levado em conta por este Conselho e muitas vezes domos tachados de que criamos palhaçada. A terceira ponderação é que os impactos que nós sofreremos com as ondas de calor com a questão das mudanças climáticas, isso será avaliado ao longo do tempo o impacto de projetos aprovados, como o EVU da Ponta do Arado. Então, Secretário, nós aqui não estamos para desvalorizar o trabalho de quem quer seja, mas, também, não admitimos que desvalorizemos o nosso conhecimento e a nossa visão de cidade. É isso que tem que ficar claro, nós temos posições diferentes de cidade. Agora, respeitados isso e queremos ser respeitados também. Por fim, Secretário, eu quero reiterar que fiz vários pedidos e até agora não fui atendido, um foi o que o Mark falou agora e o outro foi para que apresente os laudos sobre o Parque Harmonia e quais foram os danos e se tiveram danos no Parque Harmonia. Era isso e muito obrigado, Secretário. Eu acho que me ative ao tempo dos três minutos. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela participação. Temos na sequência inscrito o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu estou de pleno acordo com o Felisberto e o Mark quanto á visita no Harmonia, só que não pelo mesmo objetivo. Eu convidaria para a gente fazer uma bela churrascada em algum Piquete lá, esta maravilhosa festa que está acontecendo, que não foi graças ao empenho dos colegas, principalmente, do Felisberto que tentou barrar

que acontecesse esse evento para Porto Alegre nos últimos dias ali, onde se travou uma batalha jurídica para emperrar. Se fôssemos na balada de sempre, na balada conhecida, nesse trote que a gente conhece aí dos "caranguejos", não ia ter Semanal Farroupilha este ano, essa festa que é reconhecida internacionalmente já. Então, eu concordo que se faça a visita lá, só com essa mudança de objetivo, que algum Piquete nos receba lá para comer uma bela churrascada, escutar canções lindas da música gaúcha e dar umas boas risadas, que está faltando para o Conselho e alguns Conselheiros. Era isso, meu Presidente. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição. Vamos evoluindo aqui na nossa pauta após o período de Comunicação. Queria só fazer alguns esclarecimentos, especialmente sobre essa demanda, Mark e Felisberto, da visita ao Harmonia. Esse processo de debate é público, tem um acompanhamento, inclusive, foi judicializado, tivemos decisão em primeiro grau, o recurso e o entendimento da legalidade de todo o processo na instância recursal. É preciso, uma vez judicializado cabe respeitar o nosso Poder Judiciário que fez a respectiva análise da legalidade de todo esse processo e entendeu pela continuidade da obra. E temos a convicção da lisura, da transparência da nossa tomada de decisão, da análise muito competente do corpo técnico do Município e a gente tem convicção, assim como aconteceu no trecho um de Orla, no trecho três, que logo em seguida a cidade vai reconhecer todo esse esforço, face toda a atração turística, cultural, que o Parque da Harmonia qualificado vai retornar para a Cidade de Porto Alegre, não só no período dos festejos farroupilhas, mas durante todo o ano estaremos lá, eu não tenho dúvida, tirando selfie, fotografando e com bastante orgulho de mais esse cartão postal da Cidade de Porto Alegre revitalizado na sua potencialidade. Quanto à obra do Viveiro, eu acho bastante interessante sim, Mark, a gente propor que a Diretoria de Áreas Verdes possa fazer uma apresentação sobre essas qualificações que vêm sendo feitas. Eu vou convidar o Diretor de Áreas Verdes para vir no Conselho, assim como ele faz no Conselho do Meio Ambiente, responsável direto pela pauta. Então, vou convidá-lo a fazer também essa apresentação. Especificamente, com relação ao caso também lá da Havan, existe um processo de acompanhamento lá junto ao Tribunal de Contas, especialmente, o Departamento de Água e Esgoto está tratando do assunto, não tenho atualizações mais recentes sobre o desenrolar desse acompanhamento. Mas, os nossos procuradores municipais estão devidamente fazendo as respectivas defesas. Quanto ao Quilombo Kédi, respeitamos o posicionamento, o Conselheiro Felisberto tem a sua pauta e

defende de forma aguerrida ela, mas é preciso lembrar que houve, especialmente, ali naquela área, que intitula o Felisberto como Quilombo Kédi, mas não há um reconhecimento formal e histórico da cidade dele como um quilombo. E muito pelo contrário, é uma decisão formal, Conselheiro, o senhor conhece e a gente deve respeitar o posicionamento do Judiciário pela retirada daquelas famílias. O Município foi condenado e foi nessa perspectiva que a gente aproveitou a oportunidade do empreendimento para solucionar uma condenação judicial do Município, do próprio Ministério Público. Então, é importante deixar muito claro isso, processo transitado em julgado, decisão judicial pela retirada das famílias daquele local e o Município, enquanto condenado, buscou uma alternativa com o empreendimento para direcionar os recursos e dar uma moradia digna para aquelas famílias que hoje estão ali localizadas. Então, isso é ponto, é transparente, é decisão judicial, é transitado e julgado, é seguindo a nossa Constituição Federal, estritamente aquela que nos determina o respeito às determinações judiciais e às ordens legais. Dito isso, consulto os demais Conselheiros se há objeção à proposta do Conselheiro Mark de deliberarmos, especificamente, a Ata 2978 e deixarmos para a nossa próxima reunião a 2980 e a 2981? Se houver objeção... A Conselheira Claudete tem uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Pois, então, eu tive que solicitar uma Questão de Ordem, Secretário, porque a gente não tem espaço de fala, embora o Secretário sempre assevere que a gente tem um amplo debate aqui. Eu podia deixar passar, Secretário, porque a gente fica ouvindo muito inverdade aqui, no sentido da legalidade dos atos, como, por exemplo, do Harmonia. Não houve julgamento de mérito nenhum nesse processo, inclusive, tem uma recomendação do Ministério Público que enuncia diversas ilegalidades, ausência de licenciamento, de estudos e que o Secretário quer fazer aqui a gente crer como se estivesse tudo ok e não está. Como cabe à administração pública rever seus atos a qualquer tempo, que é uma dificuldade para o Secretário entender isso, porque a gente não vê aqui ser pautado pelo interesse público. Então, eu acho que a gente deveria sim fazer, eu já sugerir isso, coloquei aquilo no chat, a gente deveria fazer uma sessão específica para tratar do caso Harmonia. Com relação a Kédi, que o Secretário disse que tem uma decisão, nós não vamos esquecer que decisões ilegais também podem ser rescindidas e uma das ilegalidades foi trazida neste Conselho, que foi o não reconhecimento das comunidades tradicionais. O mesmo caso acontecido com o Arado recentemente, que a gente ignora a existência das comunidades tradicionais. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**

Sustentabilidade – SMAMUS: Poderia ligar a câmera, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A minha Questão de Ordem é essa, Secretário. É a falta de espaço de fala para os Conselheiros se manifestarem, a gente não pode mais admitir ficar ouvindo inverdades e ter que ficar quieto. É isso, obrigada! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Seguindo o nosso regimento, peço que a senhora sempre ligue a câmera, para que as pessoas da nossa audiência possam olhar para quem está fazendo as manifestações, porque a gente respeita. Eu só estranho a Conselheira trazer logo em seguida, quando a gente acabou de encerrar o período de Comunicação, que é a oportunidade no início, quem está nos assistindo, além dos Conselheiros, devem acompanhar que a gente oportuniza sempre o espaço de fala para comunicações dos mais diversos posicionamentos, político, seja o que for, as suas visões de cidade para trazer, regimentalmente, no período de Comunicação. A gente acaba o período de Comunicação e a Conselheira pede uma Questão de Ordem para dizer que a gente não oportuniza momentos de fala. Então, respeito o seu posicionamento divergente, mas, assim, há algo contra lógico na ordem aqui e regimental, porque a gente garante justamente essa oportunidade de falas das mais diversas. Naturalmente, depois, quando avançamos aqui na nossa pauta a gente se atém especificamente à pauta. E com a certeza e convicção, Conselheira Claudete, novamente, no Harmonia e na comunidade ali da Kédi que seguimos estritamente aquilo que dispõe a legislação, as decisões judiciais e estamos cumprindo aquilo que houve, o amplo debate aí no Poder Judiciário. Sim, foi em caráter eliminar, mas os atos administrativos têm presunção de legitimidade. E houve uma tentativa de interromper as obras, o debate foi posto, então, na instância judicial e nenhuma decisão em contrário em nível recursal de que a gente tivesse cometido qualquer irregularidade. E quanto á recomendação do Ministério Público, ela nada mais traz do que aquilo que a gente já vinha praticando dentro dos nossos processos decisórios, a recomendação com relação ao ruído, que é natural do nosso trabalho. E a orientação de que desse a forma de processo de licenciamento àquilo que a gente já vem fazendo nas diversas autorizações e análises pontuais, que são feitas pelo órgão ambiental dentro do processo de concessão ou licenciamentos daquele empreendimento. Então, não há nada de diferente, Conselheira, do que a gente vem praticando aqui dentro dos nossos processos administrativos. Evoluindo, então, Senhores Conselheiros, para a nossa pauta. Conselheiro Felisberto, qual é a sua dúvida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**

Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, ponderar ao senhor, na próxima semana nós teremos aquele encontro com a consultoria para a leitura da cidade, que nós recebemos os dois volumes e eu queria ponderar que essa reunião sobre a leitura da cidade pudesse se dar de forma presencial, olho no olho, Secretário, e não aqui, com a gente não podendo fazer um debate mais aberto e franco. Então, essa é a minha primeira colocação. E que a gente pautasse de novo para que a gente pudesse ter as nossas reuniões presenciais, para que a gente também pudesse fazer o debate olho no olho, conversando com os demais membros do Conselho, discutindo abertamente outros processos, nos conhecendo, porque muitos aqui, a gente não se conhece pessoalmente. Então, pondero ao senhor que comece a analisar isso ou submeta a este Conselho a possibilidade de que as nossas reuniões sejam presenciais. Obrigado e era isso, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu vou levar ao time do Planejamento, Conselheiro, esse pedido. Até o pessoal está pedindo um pouquinho mais de prazo também para fazer essa avaliação, talvez a gente organize essa dinâmica, não no dia 19, mas no dia 26, para dar mais tempo de fazer um presencial. Vou levar ao time do Planejamento para tentar organizar essa dinâmica de trabalho. E, especificamente, com relação às reuniões no formato presencial, de fato o nosso alcance neste modelo online é muito maior, a nossa transparência. Hoje a gente tem um acompanhamento de toda a pauta por diversos entes da sociedade, da sua casa, do seu trabalho. É fato que a gente pode ter um prejuízo nessa interação entre os Conselheiros, no formato online do que no presencial, mas a evolução do alcance, da transparência de todo o processo, com a transmissão ao vivo no canal da SMAMUS, é incalculável a dinâmica, a participação, a imprensa. Qualquer eventual obscuridade que se tinha no debate, antes quando a gente não tinha essa transmissão ao vivo, a gente consegue elucidar apenas com um link da transmissão que vem sendo feita nesse novo formato, que é bastante elogiado. Eu acho que nós estamos, inclusive, trabalhando aqui para fazer uma reformulação na nossa estrutura aqui da Secretaria para ter um auditório, um espaço apropriado para, eventualmente, receber em algumas reuniões e ter essa dinâmica. Eu acho interessante a gente fazer a dinâmica em alguns momentos de encontro, mas que seja fora dessa reunião ordinária, que essa sim a sociedade tem o interesse de acompanhar e o formato online garante isso. Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha questão é porque nós fizemos uma proposta ali, Secretário, sobre a questão da visita ao Parque Harmonia. E é um pouco

diferente daquilo que o Conselheiro Gomes mencionou, porque nós estaríamos como Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental visitando formalmente as obras do Parque Harmonia. Esse é um procedimento importante, que não anula a proposta do Conselheiro Gomes, mas ela é completamente diferente. E é no sentido de que os Conselheiros e Conselheiras, aparentemente, é um consenso entre nós todos, que essa visita seria muito importante. Por isso eu queria ver se era possível nós decidirmos hoje, aqui e agora, se isso for possível, dessa visita ao parque. E lhe consulto sobre isso, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Obrigado, Conselheiro Mark. Na verdade, o parque é público e o Conselheiro representante da região, se tiver interesse em organizar uma visita. O processo foi debatido aqui no Conselho quando da sua aprovação, a oportunidade do Conselheiro da região, eventualmente, se quisesse *in loco* fazer alguma visitação quando debatido. O processo hoje, já houve a aprovação deste Conselho. Então, não tem mais, necessariamente, uma nova análise a ser feita, não tem mais uma vinculação direta com a pauta. Houve a aprovação pela maioria, alguns discordaram, outros não, mas o Conselho não é o órgão de fiscalização, o órgão de controle, assim não poderia ser, ele é órgão de representação da sociedade na tomada de decisão da gestão da política urbana. Houve o amplo debate e a aprovação com algumas discordâncias. Então, dificilmente, a gente organizaria uma visita formal do Conselho, porque nós não somos órgão de fiscalização, aqui é um Conselho de representação quando dá discussão dos projetos de cidade. Agora existe uma fiscalização do órgão de controle, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da auditoria, a fiscalização do próprio contrato, esse sim tem que acompanhar de perto a execução dessa obra.

3.1. ATA 2979 (18/07);

Senhores Conselheiros, não havendo objeção para prorrogação das Atas 2980 e 2981, eu coloco em deliberação a Ata 2979, de 18/07. Consulto se há objeção, abstenção ou contrariedade à aprovação da ata. Por favor, faça a manifestação no chat. Temos abstenção da Conselheira Claudete, do Conselheiro Jackson, do Conselheiro Felisberto, do Conselheiro Natan, a Conselheira Jane também se abstém. São 05 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADA A ATA 2979**.

4. ORDEM DO DIA:

A gente evolui já para o nosso item 4.04 da pauta, que foi relatado pelo CAU, houve a manifestação do relato contrário e um pedido de relato de vista, que foi recebido pelo

Conselheiro Adroaldo. Conselheiro Jackson, alguma questão? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente e demais colegas. Eu fiz um pedido de vista deste processo também, mas o acesso externo a esse processo se encerrou no dia 06/09 e quando fui fazer o relato não consegui acessar o documento, Presidente. Então, eu recebi o material no meio da tarde de hoje. Então, eu queria relatar a minha vista, se for o caso, eu gostaria de submeter ao plenário de que se fizesse na próxima agenda, na próxima reunião. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, levando em conta essas inconsistências técnicas para a visualização do processo, para que não haja dúvida, consulto os Conselheiros se há objeção? A gente não tem essa previsão da prorrogação do relato de vista, mas diante do contexto apresentado pelo Conselheiro Jackson, eu sugiro a nossa prorrogação, para que a gente possa na próxima reunião ouvir o relato do Conselheiro. Então, vamos para o nosso 4.08 da pauta, o expediente:

4.08. Expediente: 16.0.000011539-1;

Interessado: Município de Porto Alegre;

Assunto: Inclusão de Gravame de Equipamento Comunitário (Posto de Saúde);

Local: Fração de terreno da Praça Milton Carlos Baggio;

Região: RGP3 (Parque Santa Fé);

Relator: SOCECON;

Data Distribuição: 12/06/2023 - redistribuído em 29/08;

Prazo para Parecer: 05/09/2023, prorrogado 12/09/2023;

Histórico: Distribuído em 12/06 à RGP 8 e redistribuído à SOCECON em 29/08 devido a não apresentação do parecer pelo Relator, após prorrogação. Prazo prorrogado em 05/09 por solicitação do relator;

Apresentação Planejamento: a apresentar;

Apresentação do Parecer: a relatar.

Lembrando que esse processo foi redistribuído. Eu vou pedir para a nossa equipe competente do Planejamento fazer um resumo do que se trata. E aí depois oportunizar para o Conselheiro Mark, que já nos enviou aqui o relato, para poder proceder o seu relato. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Temos uma minuta de resolução para a inclusão de gravame de equipamento comunitário, posto de saúde. Inclusão de gravame de equipamento

comunitário, posto de saúde, na Rua Professor Álvaro Barcelos Ferreira, 520 a pedido da Secretaria Municipal da Saúde. Então, está na Região de Planejamento Três, no Bairro Parque Santa Fé. A gente está falando de um gravame sobre a Praça Milton Carlos Baggio, onde ela é circundada pela Professor Álvaro Barcelos Ferreira, Aloísio Olimpo de Melo e Doutor Petrônio Portela. A Secretaria Municipal da Saúde encaminha anexo o endereço para avaliação da possibilidade de cedência de terreno para que a Unidade de Saúde Santa Fé seja ampliada e possa ter um consultório odontológico. Ela atende uma população, segundo IBGE, de 5.500 pessoas e a unidade possui duas Equipes de Saúde da Família, uma Equipe de Saúde Bucal tipo I. Ocorreu, então, o registro da reunião de Conselho Local de Saúde da Unidade de Santa Fé, onde a comunidade e os trabalhadores aprovaram o envio da solicitação de análise para a SMAMUS da cedência do terreno de praça na parte dos fundos, a fim de que se possam ampliar e reformar a unidade de saúde. A SMAMUS se manifestou inicialmente contrária, considerando inadequada a ampliação do equipamento na área de praça e argumentando que na Lei Orgânica preconiza 12 m² por habitante. Colocaram, então, não nos cabendo a avaliação dos méritos da proposta em si. Foi uma manifestação referente à área de praça, sem considerar a questão dos ganhos com o posto de saúde. Em nova análise a SMAMUS, considerando a importância da demanda de ampliação da unidade de saúde e também pelo fato de já existir outra raça de grande dimensão no em torno e que o bairro conta com grande número de áreas verdes, entendeu ser viável a autorização para a ampliação da edificação na área sobre a praça, visto que nessa localização não existe nenhuma urbanização com implantação de equipamentos. Durante a tramitação se verificou que não haveria a necessidade de cedência do lote, mas sim uma retificação do gravame de área verde através de resolução junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urano Ambiental, porque se trata de próprio municipal. Então, seria a mudança da finalidade desse gravame de área verde para área da saúde. A PGM se manifesta, que trata-se de expediente no qual versa solicitação da Secretaria da Saúde, que parte da área da Praça Milton Carlos seja destinada à ampliação da Unidade Básica de Saúde Santa Fé. Foi encaminhada a minuta de resolução para análise da PMS, que reflete a determinação da praça, assim apta aos fins de que se destina. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Carolina. Então, vamos evoluir para o relato do Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite mais uma vez. Eu vou fazer um breve relato sobre esse processo

de inclusão de gravame de equipamento comunitário posto de saúde, que solicita a troca dessa área de praça para que nesse espaço seja construída, pelo que eu compreendi, uma ampliação do posto de saúde que já existe ali. Eu examinei todos os documentos contidos nesse processo e verifiquei que são 68 inserções com as suas respectivas dadas. Os registros começaram em 23/02/2016, com a comunidade do parque Santa Fé, RGP 3, solicitando ampliação da unidade de saúde que já existe, essa praça possui 5.400 m² de área, conforme os documentos iniciais. Mais tarde, em documento de 14 de julho de 2022, o parecer técnico informa que a área da praça é 4.650 m2. No dia 30 de agosto passado esse processo foi redistribuído para exame nosso, da Sociedade de Economia. Eu vi, observou-se que ele tramitou durante 7 anos e meio dentro da Prefeitura até chegar a nós. É um espaço de tempo respeitável para o andamento desse processo. Constatou-se que a ampliação do posto de saúde destina-se a oferecer tratamento dentário para a população da região. A área autorizada para a desafetação pelos setores da SMAMUS consultados transformam 1.200 m2 de praça em gravame de equipamento comunitário, posto de saúde, permitido a construção da nova área para que ocorra a ampliação dos serviços já ali prestados. Verificou-se que são 20x60m, que totalizam 1.200 me2, que estão localizados na Macrozona 03, Unidade de Estruturação Urbana 036, Quarteirão 25. Eu como examinador, como Conselheiro representando a Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul aprovo a inclusão do gravame de equipamento comunitário, posto de saúde. Era isso, muito obrigado. O Conselheiro Jackson tem uma questão. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Sim. Eu não tive a oportunidade de ler o relato do colega Mark, mas agradeço, porque é uma demanda antiga, eu conheço esse processo desde a sua criação em 2016, eu conheço ele enquanto demanda do OP da região. Como eu me propus ali no chat, vou responder a algumas questões que a colega Claudete colocou. Sim, existe uma verba destinada com prazo até o final do ano para o Município de Porto Alegre poder usar do Governo Federal na construção deste consultório e dar início ao processo. Sim, a área que está sendo destinada é colada ao posto já existente há quase 30 anos, mais ou menos. Bom, a questão de ser uma proximidade, eu não entendi muito bem, Claudete, a tua pergunta, mas te parece uma proximidade com a praça Zaffari, é isso? No nosso entendimento lá enquanto comunidade da região, realmente, ela é colada ali e a Praça Zaffari nos atende muito bem lá na questão de área verde, realmente o Parque Santa Fé é um privilegiado na nossa região do extremo norte, com muitas praças, áreas, passagens, enfim, na questão ambiental também respeitada aqui. Então,

eu apelo aos colegas que aprovem, até porque a questão de prazo, isso é um pedido que eu trago das comunidades, que me foi feito, que me foi cobrado, inclusive, em uma visita que a Prefeitura fez com a comunidade lá na região acerca de um mês e pouco atrás. Eu fui cobrado enquanto titular da região. Agradeço aí. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Nesse sentido, então, colocamos em votação o Expediente 16.0.00011539-1. Manifestação favorável à aprovação do Relator. Eu começo com a Conselheira Denise, que representa o DEMHAB, como vota, favorável ou contrária? **VOTAÇÃO**: **Denise Pacheco (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Oi, boa noite. Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Eu voto favorável também. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável, Presidente. **Rafael da Silveira Velho (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Boa noite, Presidente. Voto favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu acompanho o voto do Relator e gostaria que Secretário nos esclarecesse o porquê da demora deste processo. Nós tivemos processos, por exemplo, como da Havan, que não durou 6 meses de tramitação e esse com amplo aspecto social demorou para chegar aqui. **Ricardo Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite. Favorável. **Valdir Fiorentin (2ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Natan Arend (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, Presidente. Eu acompanho o Relator, favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** [Relator: favorável]. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável ao relator. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, acompanho o Relator, meu voto é favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Naturalmente, favorável, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes**

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável, Presidente. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Acompanho o Relator, Presidente. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Acompanho o Relator. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente, acompanho o Relator. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Vamos fazer a leitura dos votos. Temos 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma obtenção. Nesse sentido, então, aprovado o Item 4.08 para incrível unanimidade. É difícil, olha, de a gente ter. Eu não me lembro, a gente até teve algumas abstenções, tivemos a grande maioria dos votos, mas é difícil essa unanimidade. Conselheiro Jackson, Conselheiro Mark aí foram vitoriosos. Não dá para dizer que a gente discorda de tudo, de vez em quando a gente concorda com alguma coisa. Parabéns aí aos Conselheiros pela aprovação. Passamos, então, ao Item 4.10 da nossa pauta, já que o Conselheiro da UFRGS teve um imprevisto ali, pediu para retomar na próxima reunião. O 4.10 da pauta, que é o Expediente 22.0.00046487-6, o relator é o Orçamento Participativo. Como foi distribuído na semana passada e não chegou o relato aqui, consulto o Conselheiro Emerson se pretende fazer o relato hoje ou quer prorrogar? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu vou pedir prorrogação, Presidente, porque eu não consegui fazer o total da análise do processo, é um processo complexo de viabilidade urbanística. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Regimentalmente, há a previsão de prorrogação. Consulto se os Conselheiros têm objeção ao pedido de prorrogação do Conselheiro Emerson. Em não havendo objeção, contrariedade, então, a gente prorroga aí para a próxima semana o ponto 4.10 da pauta. Com isso, Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade do convívio. Agradeço a oportunidade aí. desejo uma boa noite e uma excelente semana a todos. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h23min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.